

Processo : TC-003207.989.20-3

Entidade : Prefeitura Municipal de Cerquilha

Assunto : Acompanhamento das Contas Anuais

**Período
examinado** : 2º quadrimestre de 2020

Prefeito : Sr. Aldomir José Sanson

CPF nº : 249.145.178-68

Período : 1/5/2020 a 31/8/2020

Relatoria : Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Instrução : UR-9 – Sorocaba / DSF-II

Senhora Chefe Técnico da Fiscalização da Seção UR-9.1,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Aldomir José Sanson, responsável pelas contas em exame (documento anexo).

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2017	2018	2019
IEG-M	B	B	B
i-Planejamento	B	B	B+
i-Fiscal	B	B+	B+
i-Educ	B	B+	C+
i-Saúde	B+	B	B+
i-Amb	B+	A	B
i-Cidade	B+	B+	C+
i-Gov-TI	B	C+	A

Obs.: Índices após verificação/validação da Fiscalização.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e das fiscalizações ordenadas;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AudeSP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Análise das denúncias, representações e expedientes diversos;
6. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
7. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;
8. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O relatório do 1º quadrimestre está colacionado no evento 17.10 destes autos.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-014693.989.20-4, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

A.1.1. CONTROLE INTERNO

Muito embora o sistema esteja regulamentado, os relatórios apresentados pelo Controle Interno são meramente informativos, não contendo apontamentos advindos de um efetivo acompanhamento das políticas públicas implantadas, consoante exemplo juntado nestes autos (documento anexo).

A despeito da encimada falha, vislumbramos um acompanhamento, embora não devidamente formalizado, dos atos e despesas relacionadas à pandemia da Covid-19 (documento anexo).

Salientamos, ainda, o fato de o responsável pelo Controle Interno exercer cumulativamente o cargo comissionado de Secretário de Obras, Viação e Serviços (agente político), ocasionado eventual conflito de interesses. Além disso, citadas funções possuem escopos diversos, em potencial prejuízo ao princípio da eficiência.

Dessa forma, resta parcialmente descumprido o disposto no artigo 49 das Instruções TCESP nº 2/2016, então vigentes, comprometendo o pleno atendimento aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, bem assim ao parágrafo único do artigo 54 e ao artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e ao parágrafo único do artigo 38 da Lei Orgânica desta Corte.

A.3. OBRAS PARALISADAS

No acompanhamento do quadrimestre não constatamos ocorrências dignas de nota.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue:

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 99.780.562,18	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 101.942.604,04	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 1.966.664,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ -	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ -	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	R\$ -	
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-R\$ 4.128.705,86	-4,14%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

Nos termos do art. 59, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município foi alertado, por quatro vezes, sobre desajustes em sua execução orçamentária.

Consideradas as despesas liquidadas, constata-se um *superávit* de R\$ 12.745.281,14, correspondente a 12,77%.

Face à perspectiva de *déficit* orçamentário, conforme retro descrito, informamos que o município decretou estado de emergência, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual (art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp, referente ao 2º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.1.4. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

B.1.4.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.1.4.1.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

No quadrimestre em análise o Município não realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária - ARO.

B.1.4.2. LEI ELEITORAL (LEI FEDERAL Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)

B.1.4.2.1. ALTERAÇÕES SALARIAIS

A partir de 7 de abril, as alterações remuneratórias se limitaram à inflação do período cumprindo-se o art. 73, VIII da Lei Eleitoral.

B.1.4.2.2. DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

A partir de 15 de agosto, o Município não empenhou gastos de publicidade vedados pelo art. 73, VI, “b” da Lei Eleitoral.

Ainda, até 15 de agosto de 2020, os gastos liquidados de publicidade não superaram a média dos dois primeiros quadrimestres dos três últimos exercícios financeiros (2017 a 2019), observando o inciso VII do § 3º do art. 1º da Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020, conforme demonstrado:

Publicidade em ano eleitoral				
Períodos:	1º e 2º quadr./2017	1º e 2º quadr./2018	1º e 2º quadr./2019	até 15/8/2020
Despesas	R\$ 24.412,00	R\$ 16.928,58	R\$ 32.181,85	R\$ 2.835,00
Média apurada dos períodos dos exercícios anteriores				R\$ 24.507,48

B.1.4.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

No quadrimestre em análise, a Prefeitura criou novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais.

Identificamos a criação de programa de fornecimento de transporte coletivo urbano gratuito no Município pela Lei Complementar nº 319, de 21 de julho de 2020, em potencial desatendimento ao disposto no § 10 do art. 73 da Lei Eleitoral.

Observamos, ainda, a despeito da aparente ausência de relação com o enfrentamento à Covid-19, que a justificativa para a aprovação da referida Lei foi embasada no estado de emergência decretado no Município e nos efeitos econômicos da pandemia sobre a população.

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

B.3.1. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Constatamos atendimento à Ordem Cronológica de Pagamentos.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audesp, apresentou os seguintes resultados:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	25,66%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	24,24%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	24,04%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	88,90%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	88,90%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	88,32%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	88,90%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	88,90%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	88,32%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

No período examinado e com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentuais de aplicação desfavoráveis ao atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e no § 2º do artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

Nos termos do art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o Município alertado**, por oito vezes, consoante Notificações de Alertas juntados no presente evento.

Com base nos dados coletados junto à origem, constatamos demanda não atendida no seguinte nível:

NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	RESULTADO
Ensino Infantil (Creche)	1.348	1.220	-9,50%

Instada a se manifestar acerca da eliminação do *déficit* de 128 vagas no Ensino Infantil (Creche), a Origem noticiou a inauguração de nova unidade escolar, bem como a existência de 161 vagas, a serem disponibilizadas para atendimento da demanda reprimida assim que houver o retorno das aulas na rede municipal de ensino.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em virtude da pandemia da Covid-19, alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da Rede Municipal de Ensino. Consequentemente, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem.

Das medidas informadas, destacamos:

- a. Elaboração de plano de trabalho para instituir o ensino não presencial;

- b. Formação específica para gestores e professores;
- c. Utilização de plataforma *on-line* para realização de atividades pedagógicas, com orientação a pais e alunos;
- d. Disponibilização de materiais impressos para alunos sem acesso à *internet*.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	40,50%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	33,33%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	33,04%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

As denúncias / representações / expedientes serão tratados no fechamento do exercício em exame, tendo em vista que, no momento, não concluímos a análise da matéria.

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

A.1.1. CONTROLE INTERNO: Relatórios meramente informativos; ausência de verificação da efetividade de políticas públicas; função exercida por agente político, que, cumulativamente, ocupa cargo com escopo diverso, além de eventual conflito de interesses;

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO: *Déficit* na execução orçamentária (despesa empenhada);

B.1.4.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS: Indevida criação de programa de fornecimento de transporte coletivo urbano gratuito no Município;

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL (ENSINO): Percentuais de aplicação desfavoráveis; existência de demanda não atendida de vagas em Creches.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-9.1 - Sorocaba, 13 de novembro de 2020

Cristina Soto Cardia
Agente da Fiscalização